

A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI NA CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL

Ruy Gustavo da Silva*

Maria Cristina de Brito Araujo Cunha**

Joaquim Martins Junior***

RESUMO: Antonio Gramsci foi um pensador comunista italiano que, ao perceber falhas no funcionamento do partido comunista italiano, começou a criticar o fascismo de Mussolini, fato que o levou à prisão, onde escreveu os seus principais trabalhos. O presente estudo pretende estabelecer o papel dos escritos deste autor em relação à emancipação do homem enquanto portador de direitos sociais, bem como a importância da sua obra para a formação do assistente social. O estudo revelou que Gramsci reconhecia a importância dos fatores estruturais, especialmente da economia, não obstante não acreditasse que estes fatores pudessem provocar a revolta das massas. Mesmo assim, viu que, em seu país, a tarefa mais difícil, para um revolucionário, era a de convencer as vítimas da repressão do que eram capazes. Assim sendo, desenvolveu uma teoria que viria complementar a teoria marxista, tendo como conceito central a hegemonia cultural, na qual os elementos fundamentais da repressão não seriam os econômicos, mas os de ordem cultural. E, ao verificar que o ingrediente fundamental da filosofia da práxis, ou seja, do marxismo, era o vínculo entre pensamento e ação, definiu a hegemonia como a liderança cultural exercida pela classe dominante. O estudo demonstrou, ainda, que a formação dos assistentes sociais não definia uma consciência política e social para a intervenção nas questões sociais e que havia uma deficiência em relação à consciência de classe, o que, muitas vezes, levava à produção de práticas alienadas, que favoreciam a submissão da classe operária e o consequente fortalecimento da hegemonia da classe burguesa dominante. Sendo assim, foi possível traçar um paralelo entre o pensamento do autor e a construção da identidade profissional do serviço social, uma vez que na história desta profissão a classe dominante sempre fez uso da sua prática para manter a hegemonia e o poder sobre a classe subalterna. E hoje, em

* Mestrando em História da Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM

** Docente Mestre do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, Maringá - PR

*** Docente Doutor do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, Maringá - PR

parte graças à influência de pensadores como Gramsci, o objeto de estudo desta disciplina é o homem independente, crítico e sujeito da sua própria história.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; Hegemonia; Serviço Social.

ANTONIO GRAMSCI'S CONTRIBUTION TOWARDS THE CONSTRUCTION OF THE CRITICAL PERSPECTIVE OF SOCIAL SERVICE

ABSTRACT: The Italian communist philosopher Antonio Gramsci started to criticize Mussolini's Fascism when he perceived faults in the functioning of the Italian Communist party. Criticism sent him to prison where he wrote his chief works. Current analysis establishes the role of the author with regard to the human being's emancipation as a bearer of social rights and the importance of the philosopher's role in the formation of the social assistant. Gramsci acknowledged the importance of structural factors, especially in Economics, although he did not believe that such factors would cause the revolt of the masses. He perceived that that the task would be highly difficult for a revolutionary in Italy to convince the victims of repression of what they were capable of doing. Gramsci developed a theory that would supplement Marxist theory with special reference to cultural hegemony in which the basic repression elements would not be economical but cultural. When he verified that the link between thought and action was the fundamental base of the philosophy of praxis or Marxism, he defined hegemony as the cultural leadership of the ruling classes. Current analysis showed that the formation of social assistants failed to define a political and social conscience to interfere in social issues and there was a deficiency with regard to classes' conscience. Frequently this led to alienated practices that favored the submission of the working class and consequently the strengthening of the hegemony of the dominating bourgeoisie class. A parallel was thus drawn between the author's thought and the construction of the professional identity of social service. In fact, in the history of this profession, the ruling class had always profited from the former practice to maintain hegemony and power on the subaltern class. Under Gramsci's influence, human beings are considered independent, critical and subjects of their own history.

KEY WORDS: Intellectuals; Hegemony; Social Service.

INTRODUÇÃO

Este estudo retrata a contribuição da obra do italiano Antonio Gramsci para o processo de formação dos profissionais da área do Serviço Social no Brasil. Este autor foi uma das referências essenciais do pensamento de esquerda no século XX.

Nascido em Ales, na Sardenha, numa família pobre e numerosa, foi um estudante brilhante, que, aos 21 anos, conseguiu um prêmio para estudar Letras na Universidade de Turim. Gramsci entrou para o Partido Socialista em 1913.

Transformou-se num jornalista notável e num escritor da teoria política, tendo escrito para o jornal *L'Avanti*, órgão oficial do Partido Socialista e para vários jornais socialistas na Itália. Em 1921 ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano.

Foi à Rússia em 1922, onde representou o novo partido e encontrou a sua futura esposa, Giulia Schucht. Gramsci retornou com a missão de promover a unidade dos partidos de esquerda no seu país. Em 1926 foi preso pela polícia fascista e condenado a 20 anos de prisão em Turim, onde escreveu as suas principais obras.

Nos anos 70 passou a ser um marco teórico significativo na elaboração do Serviço Social no Brasil. Desde então a sua influência é sentida, principalmente como um meio para se repensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas. As suas ideias foram progressivamente sendo incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para estabelecer os seus pressupostos teóricos e suas ações interventivas.

Nas décadas que se seguiram, as elaborações teóricas de Gramsci repercutiram fortemente na produção do Serviço Social, sob a forma de livros derivados de teses acadêmicas e de ensaios publicados nas revistas específicas desta área de atuação.

Assim sendo, este estudo, com características bibliográficas, visa buscar as relações e diálogos que a profissão estabeleceu com Antonio Gramsci, as suas influências em torno da categoria profissional e, ainda, compreender as

principais categorias do seu pensamento e estabelecer uma relação com a nova diretriz crítica do Serviço Social em contraponto à matriz conservadora a que a profissão era submetida.

2 CROCE: INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

Uma das influências que recebeu foi de Benedetto Croce, que se embasava no Idealismo do final do século XIX e início do século XX, período em que a Itália foi dividida em duas: uma, oficial, a dos grupos no poder, e a outra, a Itália das massas (LOSURDO, 2006).

Para estabelecer a sua tese, Gramsci partiu do princípio de que a sociedade italiana não existia como entidade moral e coletiva, exceto na literatura abstrata e formal dos intelectuais. Concluiu que a diversidade linguística era a mais alta expressão, no âmbito cultural e literário, da ampla distância que separava as duas itálias e, como tal, a língua se converteu num instrumento político e ideológico dos conflitos e lutas que ocorreriam mais tarde, no âmbito econômico e social.

Segundo Manacorda (2008), o pensador sardenho viu em Croce a figura representativa desta realidade e o definiu como uma espécie de papa laico do pensamento cultural, moral e intelectual italiano.

Bianchi (2007) afirma que a distinção entre a alta cultura e a cultura popular permeia todo o trabalho teórico de Gramsci e, para ele, esta é uma característica peculiar da história, da política e da cultura italiana. A crítica a Croce é uma crítica à cultura e ao pensamento italiano, nos quais a distinção entre os intelectuais e os homens simples se reproduz por meio da filosofia idealista que Croce representa na Itália. Esta filosofia era para Gramsci a confirmação da crescente separação dos intelectuais italianos da vida real.

Para Gramsci, o historicismo de Croce era um sistema mecânico e especulativo da metafísica, cujas categorias não podiam abarcar os sucessos da história real, não só por ter um caráter abstrato e estático, se não também porque estava longe de qualquer relação com a luta e a ação.

Devem ser revistas e criticadas todas as teorias historicistas de caráter especulativo. Deste ponto de vista, seria preciso escrever um novo Anti-Dühring, que poderia ser um anti-Croce, pois nele poder-se-ia resumir não apenas a polêmica contra a filosofia especulativa, mas também, implicitamente, aquela contra o positivismo e as teorias mecanicistas, deterioração da filosofia da práxis (LIGUORI, 2007, p.154)

Comparando o pensamento de Croce com o de Hegel, Gramsci afirma que o primeiro é uma versão distorcida do segundo. Enquanto Hegel reconhecia o papel da Revolução francesa e das guerras napoleônicas, Croce pressupunha a negação destes momentos históricos. Croce propôs um idealismo não condizente com o reconhecimento das massas, ao não vislumbrar a intervenção do povo na política e na história. A história da Itália proposta por Croce é desprovida de conflito e luta, e não reconhece a livre intervenção das massas na arena da ação consciente (GRAMSCI, 2006).

Segundo Liguori (2007), é nos *Apontamentos de filosofia. Materialismo e idealismo- Primeira série*, que Gramsci inicia o debate com o marxismo e o confronto com Croce.

A intenção do autor foi, em primeiro lugar, defender Marx da leitura distorcida e parcial dele feita por Croce, quando, por um lado, nos *Elementos de política*, afirmou que “o fundador da filosofia da práxis” reduziu as superestruturas à “aparência e ilusão”, e, por outro – escreve Gramsci -, apropria-se de uma parte da teoria da ideologia de extração marxista.

No primeiro volume dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (2006) opôs-se à filosofia de Croce e ao materialismo mecanicista e metafísico ao propor uma concepção de mundo radicalmente nova, identificando a realidade com o fazer humano e não o fazer abstrato e desencarnado. Ele redescobriu o conceito de Bloco Histórico. Em torno desse conceito ele articulou os principais aspectos de seu pensamento, particularmente o político.

No Bloco Histórico distinguiu, de um lado, uma estrutura social na qual se encaixam as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas e, de outro lado, a superestrutura ideológica e política.

[...] fundando assim um Bloco Histórico, isto é, um sistema articulado e orgânico de alianças sócias ligadas por uma ideologia comum e por uma cultura comum. Escreve Gramsci: “Nunca existiu um Estado sem hegemonia” e, em substância, a “luta entre duas classes pelo domínio é luta entre duas hegemonias”. Por tudo isso, devemos distinguir entre a classe dominante e a classe dirigente: “a supremacia de um grupo social manifesta-se de dois modos: como domínio e como direção intelectual e moral” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 456).

Infere-se, entretanto, que é preciso reconhecer os esforços para fazer aderir à vida, a filosofia idealista, embora não admita que Croce tenha conseguido sua intenção de modo consequente.

2.1 A CONCEPÇÃO DE FILOSOFIA DE GRAMSCI

Para Gramsci, a filosofia não constitui apenas o pensamento abstrato de um grupo de intelectuais profissionais, mas também uma atividade social em que, pelo menos implicitamente, todos os homens estão envolvidos. Entende ser necessário destruir o preconceito generalizado de que a filosofia é algo muito difícil porque é uma atividade de categorias especiais de filósofos profissionais. Para ele todos os homens são filósofos.

Entende que a visão de mundo ou filosofia espontânea é formada através da linguagem, religião e folclore, ou seja, tudo o que compõe a ideologia. E que o papel do filósofo é explicitar uma visão acrítica do mundo cujos reflexos levam o homem a não aceitar a marca passiva e irrefletida dos outros em sua própria personalidade. Este é o primeiro passo da ação revolucionária da filosofia para a educação, proposta por Gramsci.

A crítica do senso comum, bem como a filosofia dos filósofos, ou seja, o reducionismo da filosofia aos filósofos especialistas é o aspecto complementar da mesma luta ideológica para mudar o mundo. A luta, finalmente, culmina no campo da práxis revolucionária que, por sua vez, determina as formas de pensamento de cada época (GRAMSCI, 2006).

E, finalmente, expressa o verdadeiro papel da filosofia e dos filósofos

profissionais, que é de serem educadores das massas.

Segundo Liguori (2007), Gramsci entende a filosofia como um meio intelectual que permite uma visão de mundo coerente. A sua filosofia não é contrária ao dogma religiosa, mas, sim, contra a dominação política que a igreja, como uma instituição, pretende alcançar. Para ele, não é possível ser filósofo no sentido pleno do termo sem ter um conceito de compreensão de vida coerente e crítica da sua historicidade. Daí a imposição de um estudo sério e sistemático da história da filosofia.

Não se pode separar a filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura. No sentido mais imediato e determinado, não se pode ser filósofo – isto é, ter uma concepção do mundo criticamente coerente – sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções [...] (GRAMSCI, 2006, p. 95).

Em outras palavras, a compreensão crítica de si mesmo, começando com o “conheça a ti mesmo”, socrático, culmina na luta pela hegemonia política. Quanto melhor é a concepção do próprio entendimento do real, a consciência fornece a hegemonia, ou seja, a consciência política. Isto significa que a pessoa pertence a um grupo social ascendente.

A hegemonia é entendida, neste caso, como a direção da classe operária sobre outras classes ou camadas sociais. E que esta não pode ser formada apenas pelos elementos econômicos e políticos, como também congrega a unidade intelectual e moral do novo grupo dominante, assim como permanece em constante busca pela totalidade.

A noção de hegemonia enquanto totalidade significa, portanto, a unificação da estrutura e superestrutura, da atividade de produção e de cultura, do particular econômico e do universal político. Não se trata de uma universalidade ideológica, mas concreta, porque os interesses particulares passam a se articular com os interesses universais. O grupo social se universaliza porque absorve, num projeto totalizador, a vontade dos

grupos subalternos, num trabalho incessante para elevar intelectualmente estratos populares cada vez mais amplos, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar e suscitar elites intelectuais de um tipo novo, que surjam diretamente das massas e permaneçam em contato com elas (SIMIONATTO, 2004, p. 47).

Assim, quando há um distanciamento entre os intelectuais e as massas, a teoria é vista como meramente complementar e subordinada e, portanto, é perdido o papel da teoria para uma reforma educacional social e política (GRAMSCI, 2010).

Entende-se, assim, que os intelectuais orgânicos são aqueles que organizam e dirigem a massa e correspondem ao aspecto teórico do nexo entre a teoria e a prática, são indivíduos decorrentes da massa que, porém, se especializam no desenvolvimento conceptual filosófico.

2.2 O BLOCO HISTÓRICO

O conceito de bloco histórico ocorre quando um grupo social, originado de uma atividade econômica, consegue impor a sua hegemonia sobre os outros grupos sociais, criando um consenso ao redor do seu projeto de sociedade e da concepção de mundo.

Gramsci traz uma proposta de pensar a revolução de um modo original, situado dentro de um contexto concreto, historicamente falando.

Para Simionatto (2004, p. 69):

O que confere originalidade ao pensamento gramsciano é o novo nexo que estabelece entre economia e política, entre sociedade civil e sociedade política. Trata-se, efetivamente, de uma concepção original formulada no âmbito do marxismo, que leva em conta a raiz marxiana, histórica e dialética, da relação entre estrutura e superestrutura

Portanto, a superestrutura do bloco histórico pode ser dividida em dois grupos de instituições: a sociedade civil, que engloba quase todos os elementos

da superestrutura, e a da sociedade política, que é identificada com o Estado.

2.2.1 A sociedade civil

A sociedade civil reúne o conjunto dos organismos ditos privados e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. Ela assume um sentido novo, tanto em relação a Hegel como a Marx. Enquanto Hegel confunde este conceito com o de Estado, caracterizando nele ao mesmo tempo a dominação e hegemonia burguesa, Marx o situa na infraestrutura como expressão da própria relação de produção capitalista.

Marx e Gramsci partiram da obra de Hegel, mas evoluíram em sentidos opostos: o primeiro entendeu a noção de sociedade civil como conjunto de relações econômicas, enquanto o segundo a interpretou como o complexo da superestrutura ideológica.

[...] A mudança do conteúdo de termo “sociedade civil” de Marx para Gramsci é fruto das novas condições históricas que se apresentavam na realidade ocidental. Essa análise é influenciada pela crise do estado liberal italiano e pelo advento do fascismo. Nessa relação teórico-prática, Gramsci reelabora o conceito de sociedade civil, renovando-o, seja em relação a Marx, seja em relação a Hegel. Embora faça menção à noção de sociedade civil em Hegel, o conceito elaborado pelo pensador italiano é realmente novo. São as leituras e traduções de Marx que mais irão marcar seu pensamento, embora a noção de sociedade civil por ele apresentada também difira da marxista. Em outros termos, há em Gramsci uma “elaboração no nível teórico daquilo que em Marx se encontra obscuro” (SIMIONATTO, 2004, p. 68).

Segundo Manacorda (2008), a sociedade civil é, pois, considerada por Marx, como conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado: refere-se à concepção hegeliana, que compreende, na sociedade civil, o complexo das relações econômicas e a formação das classes sociais. A concepção gramsciana da sociedade civil é diferente: pertence ao momento da superestrutura.

A sociedade civil é formada pelo conjunto das organizações responsáveis

pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos e os sindicatos. A função fundamental da sociedade civil é a da direção do bloco histórico e, para isso, deve se adaptar às categorias sociais que atinge.

2.2.2 A sociedade política

As atividades da superestrutura que se relacionam com as funções de coerção e manutenção da ordem estabelecida pela força, apoiadas no aparelho de Estado, é caracterizada, no entender de Gramsci, como a sociedade política.

Teoricamente, a ela corresponde o domínio direto ou comando, que se expressa no Estado ou governo jurídico, isto é, a função coercitiva, jurídica, penal, policial, militar. Seria um Estado, cujas funções limitar-se-iam à manutenção da ordem pública e ao respeito das leis. É formada para os momentos de crise e visa conformar a massa ao tipo de produção e economia de um determinado momento estrutural.

A sociedade política, no pensamento gramsciano, indica o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante exerce a violência. Na sociedade política (Estado em sentido estrito, ou Estado-coerção) ocorre sempre o exercício da ditadura, ou seja, da dominação baseada na coerção. Em outros termos, o aparelho de coerção estatal assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (SIMIONATTO, 2004, p. 69).

Portanto, o conceito do bloco histórico configura-se como a união da sociedade civil e sociedade política, que acarreta a conquista hegemônica de um determinado grupo dominante.

2.3 A HEGEMONIA

Uma classe é hegemônica quando consegue manter articulados,

consensualmente, grupos heterogêneos, criando a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia. Este é o cerne da hegemonia.

A hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lênin, que o usou para indicar a função dirigente da classe operária na revolução democrático-burguesa (MANACORDA, 2008).

Para Gramsci, este conceito abrange a função de direção “intelectual e moral” exercida por uma classe social sobre as outras por intermédio dos órgãos da sociedade civil e política. Para ele, a questão central era a de teorizar uma estratégia que levasse o bloco operário camponês a afirmar, na Itália, uma nova hegemonia. Por isso ele expôs o conceito de hegemonia como algo que não apenas opera sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas, também, na cultura e sobre o modo que leva um grupo a dirigir a sociedade.

[...] A diferença essencial, a peculiaridade da hegemonia gramsciana estava, coerentemente com sua visão da sociedade civil, no deslocamento de ênfase para a direção cultural: se até 1926 o termo surgia, inclusive em Gramsci, com o mesmo significado que é encontrado na tradição leninista (isto é, no sentido de direção política da classe operária sobre as classes aliadas), nos *Cadernos* havia uma ampliação do conceito de hegemonia, que passava a significar também direção cultural. Também e, sobretudo, porque a ênfase recaía exatamente no papel daquelas organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.[...] por meio das quais exerce a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional (LIGUORI, 2007, p. 209).

Este processo pode ser desdobrado em dois momentos dialéticos: no primeiro, o bloco operário toma consciência de si como classe e desenvolve uma crítica acirrada à concepção burguesa do mundo; no segundo, elabora a sua própria filosofia, com a qual conquista a hegemonia.

Segundo Gramsci (1991), a conquista filosófica da hegemonia do proletariado seria o resultado da reforma de um modo de pensar, da consciência

do próprio proletariado e da contribuição da filosofia da *práxis*. A estreita identidade entre a filosofia e a política faz com que o momento culminante da filosofia seja a política transformadora e que o filósofo seja o homem político como transformador.

Nesse sentido pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é força estatal assumida pela hegemonia. Enfim, a hegemonia é entendida não apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural, ideológica.

Assim sendo, tanto Lênin como Gramsci propõem a tese da teoria/ação, sem a qual a hegemonia é impossível porque ela só se dá com a plena consciência teórica e cultural da própria ação, que a separa da imediatez empírica. Este ponto é de suma importância para a construção crítica do projeto ético-político do Serviço Social.

3 SERVIÇO SOCIAL: DO CONSERVADORISMO AO PENSAMENTO CRÍTICO

Quando as primeiras obras de Gramsci foram traduzidas e publicadas no Brasil, em meados da década de 1960, o Serviço Social já desfrutava de reconhecimento legal e se afirmava como profissão liberal de “natureza técnico-científica”, inscrito na divisão social e técnica do trabalho. Nesse período observaram-se os primeiros questionamentos às matrizes conservadoras que subsidiavam o discurso e a prática profissionais desde a sua implantação.

Conforme escrevem Yamamoto e Carvalho (1982), o Serviço Social passou a ser requisitado como profissão fundamental no encaminhamento de respostas da classe dominante às novas formas de expressão da questão social.

Segundo Paulo Netto (2005), um dos marcos desse período é o Movimento de Reconceitualização, que desenvolveu um processo de questionamento dos referenciais teóricos e da prática profissional até então subsidiados pelas matrizes norte-americanas.

Este Movimento ocorreu em Porto Alegre, quando um grupo de profissionais de diferentes países latino-americanos passou a questionar as

propostas do Serviço Social tradicional e conviveu com perspectivas diferenciadas, uma vez que, no seu interior, certos segmentos da categoria tendiam para posições de cunho conservador enquanto outros buscavam uma aproximação às tendências teóricas mais críticas.

No Brasil, a tendência para uma aceitação da tradição marxista foi efetivamente rejeitada pelos grupos majoritários, em detrimento das vertentes neopositivistas e modernizadoras, que se coadunavam mais facilmente com os princípios cristãos que ainda marcavam fortemente o Serviço Social (LIMA, 1987).

A perspectiva modernizadora que emergiu do encontro de Porto Alegre, em 1965, foi sistematizada nos Seminários de Teorização do Serviço Social promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS, através dos documentos dos encontros realizados em Araxá, em 1967, e em Teresópolis, em 1970.

Após esses eventos emerge uma série de novas práticas urbanas, envolvendo amplos setores das classes populares, em especial às relativas ao poder local, onde a questão da participação seria sustentada como requisito básico da democracia (BARROCO, 2005).

Foi então aceito que a profissão deveria consolidar a sua legitimidade junto à sua clientela por meio de um compromisso real e efetivo com os seus interesses coletivos, numa articulação teórico-prática com a construção de uma nova hegemonia na relação entre as classes sociais.

Este Movimento questionou as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e aos interesses das classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade deste vínculo, perspectivou-se uma transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político-econômica em que viviam essas classes. Tal perspectiva implicava, para o Serviço Social, colocar como horizonte da sua prática o movimento de transformação da própria realidade.

Paulo Netto (2005) refere que a aproximação do Serviço Social à tradição marxista, que ocorreu no início da década de 1960 e foi interrompida pela conjuntura política instaurada pelo golpe de 1964, foi retomada com maior expressividade na segunda metade da década de 1970.

Para este autor:

É somente a partir da segunda metade dos anos setenta, quando a ditadura começa a experimentar a sua erosão, que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na reconceituação, apontavam para uma crítica radical do tradicionalismo – e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria profissional. A passagem dos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo (PAULO NETTO, 2005, p.17).

O novo cenário trouxe ideias de renovação, ainda que restrita ao âmbito universitário. No entanto, apesar de suas limitações, foi a partir da Universidade que começaram as pesquisas que ultrapassaram os limites impostos pela ordem burguesa.

Esta mudança de direção que caracterizou o processo de renovação do Serviço Social brasileiro pode ser relacionada, também, à política cultural e educacional vigente no período.

A cultura que foi gerada nos meandros da abertura democrática recolocou em debate diferentes tendências no âmbito do marxismo, entre elas o pensamento de Gramsci, que passou, nesse período, a fazer parte da nossa cultura e a iluminar diversas formas de interpretação da realidade brasileira.

3.1 O AMADURECIMENTO DO DEBATE TEÓRICO-CRÍTICO A PARTIR DA ACADEMIA

A formação profissional dos Assistentes Sociais, no período 1975-1979, foi objeto de forte debate no interior da categoria, tendo a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS proposto um novo currículo mínimo na Convenção Nacional de 1979, em Natal, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação - CFE, em 1982, tornando-o obrigatório para todos os cursos de Serviço Social no Brasil.

Segundo Abreu (2002), a inserção do Serviço Social no âmbito universitário, especialmente no que se refere à pós-graduação, interferiu no seu processo de renovação, mediante a abertura de espaços e oportunidades de interlocução com outras áreas do saber. Observou-se igualmente, nesse período, a ampliação editorial do Serviço Social, até então restrita ao âmbito do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais - CBCISS, passando, através de outros canais, a divulgar a produção acadêmica, principalmente a derivada dos cursos de pós-graduação.

Em 1981 começou a funcionar a primeira turma do único curso de doutorado em Serviço Social na América Latina, sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, logo aprovado pelo CNPq.

Segundo Silva (2009), na dimensão acadêmica verificou-se o desenvolvimento da pós-graduação e, com ela, a iniciação à pesquisa, principalmente a pesquisa-ação pelo Serviço Social e a criação da Editora Cortez, que logo se constituiu num espaço de comunicação das reflexões e debates realizados pelos profissionais que, até então, contavam apenas com, no Brasil, o CBCISS, sendo que as possibilidades de acesso a publicações críticas eram bastante limitadas ou quase inexistentes.

A autora acima refere, ainda, que as Editoras ECRO e Humanistas, da Argentina, eram as únicas vias de publicação existentes até 1975, quando surgiram as revistas *Acción Crítica* e os *Cuadernos CELATS*. Essa limitação foi devida aos custos das bibliografias importadas e da censura rígida ao pensamento, à escrita e à leitura, instituída no Brasil pela ditadura militar.

Assim, no limiar da década de 1980 começou a ocorrer um processo de reflexão no Serviço Social, através de um debate que suscitou estudos diversificados, cuja base teórica começou a se distanciar cada vez mais das tendências que até então dominavam as discussões no âmbito desta profissão.

3.2 A INSERÇÃO GRAMSCINIANA COMO DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL

No final da década de 1970, as obras de Gramsci passaram a se constituir num marco teórico significativo nas elaborações do Serviço Social, cujo eixo de

reflexão, nem sempre inspirado numa leitura correta da obra gramsciana, foi muitas vezes utilizado para reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população.

De uma forma ou de outra, as elaborações teóricas de Gramsci repercutiram fortemente na produção do Serviço Social nas décadas de 80 e de 90, seja em forma de livros derivados de teses acadêmicas ou sob a forma de ensaios diversos publicados nas revistas específicas da profissão.

[...] especialmente pelo recurso às fontes do pensamento de Marx e pela aproximação com Gramsci [...] Através de Gramsci, recupera-se a ação educativa em outras bases; agora não se trata de ação “basista”, mas de uma dimensão da atividade profissional pensada nos moldes do intelectual gramsciano. Isso permite superar a perspectiva mecanicista que considerou as instituições como “aparelhos ideológicos” do estado, o que corresponde a uma superação de Althusser. Ao colocar-se nas funções do intelectual orgânico, o assistente social encontra sua identidade profissional na função de educador e organizador da população, a serviço das classes subalternas, no processo de construção de uma nova hegemonia [...] (BARROCO, 2005, p. 170).

Para este autor é importante registrar que as ideias gramscianas permearam o debate profissional além das fronteiras universitárias, mesmo que de forma pouco explícita, fato verificado nas reflexões ocorridas no Encontro realizado pelo Centro Latino-americano de Trabalho Social - CELATS, em 1979, cuja temática girava em torno da prática institucional do Serviço Social.

Nos congressos brasileiros de assistentes sociais que se sucederam a este Encontro pode ser observada uma constante alusão ao pensamento gramsciano quando das análises da realidade socioeconômica e política do país, com ênfase nas questões de política social, tais como a habitação, saúde, previdência e assistência social, os movimentos sociais do campo e da área urbana e, principalmente, na dimensão política da prática profissional do assistente social na realidade brasileira.

4 AS CONCEPÇÕES DE GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL

É notória a existência de diferentes concepções de transformação social no eixo da tradição marxista, cujo resgate ocorreu a partir da categoria da totalidade social.

Segundo Lima (1987), este traço se reveste de significativa importância, visto que toda a reflexão marxista sobre o social tem como base o princípio da totalidade. Entretanto, a herança hegeliana de compreensão da sociedade é formada por mediações, contradições e processos que marcariam toda a tradição marxista posterior.

Os estudos de Gramsci ressaltam como a ideologia dominante contribui para manter a contradição capital/trabalho e impede que as classes dominadas se organizem e tomem consciência dos conflitos e contradições do mundo econômico. Embora este autor atribua um peso significativo às ideologias na constituição das classes sociais e na construção da hegemonia, a base econômica, em última instância, é determinante (LIGUORI, 2007).

Evidencia-se, assim, que a ideologia se configura como um elemento presente nos diferentes níveis da sociedade, a partir de uma construção/reconstrução histórica, expressando uma concepção de mundo. O resgate desse processo para a perspectiva da transformação social implica a realização de uma prática vinculada aos setores populares, em que a desmistificação das concepções historicamente instituídas favoreça o fortalecimento de uma nova concepção de mundo que possibilite a construção histórica de uma nova hegemonia (SIMIONATTO, 2004).

Uma visão da literatura do Serviço Social permite identificar que a transformação social constitui-se no elemento central nas formulações dos autores que defendem uma prática profissional comprometida com os interesses populares. Representa a mediação privilegiada de aproximação do Serviço Social com o marxismo, que é fundamental para o desfavelamento da dimensão política da profissão.

Gramsci lança novas luzes para o repensar de uma transformação social em todos os planos, seja econômico ou político-ideológico. Como uma

categoria é construída a partir de outras, como práxis, hegemonia, ideologia e intelectual orgânico, além de outros conceitos como participação, organização e mobilização.

Nessa perspectiva, o processo de produção de conhecimento é apontado como condição necessária para sua efetivação e os movimentos sociais são destacados como “sujeito social do processo” (SEMIONATTO, 2004).

Segundo Yamamoto e Carvalho (2001), a transformação social pode ser percebida enquanto categoria histórica inscrita no contexto das relações sociais contraditórias, enquanto processo de mudança nas relações sociais capitalistas.

Nesse sentido, destacam a perspectiva da transformação enquanto um processo decorrente da correlação de forças, configurado num momento conjuntural, historicamente construído, a partir das lutas políticas das classes sociais.

Com esse entendimento, a transformação social se configura como processo resultante das lutas sociais, fundamentadas na formação de alianças entre vários segmentos da classe dominada, a fim de fortalecer o poder popular e o seu potencial de enfrentamento ao poder da classe dominante.

A contribuição da produção do conhecimento no processo de transformação social é apontada por Paulo Netto (2001), ao referir que o conhecimento tem como objetivo a transformação da prática social, embora enfatize que a teoria, por si só, não produz a transformação do mundo, mas pode colaborar com o processo transformador, na medida em que haja um envolvimento, uma identificação, através de atos concretos daqueles que buscam a transformação social.

Sobre a relação da prática com a teoria, Yamamoto (2008) refere que a prática se apresenta como fundamento do conhecimento, critério de verdade e finalidade do conhecimento. Ao discutir a relação da prática com a teoria, este autor refere, ainda, que:

Se o critério de verdade está na prática, só é descoberto numa relação teórica com a prática mesma, como o sustenta a tese VIII: “Toda vida social é essencialmente prática”. Todos os mistérios que induzem a doutrina ao misticismo encontram sua solução

racional na práxis humana e na compreensão dessa prática (IAMAMOTO, 2008, p.117).

Assim, verifica-se a preocupação com a produção de novos conhecimentos que desvelem as relações sociais e que possibilitem a construção de uma nova ordem, pois só é possível combater as ideias e os valores de uma dada sociedade que aliena e explora o homem, com a construção de novas ideias.

Contudo, o conhecimento sem a ação dos homens não produz transformação. Para isso é necessário um comprometimento nas ações com a construção dessa nova sociedade.

Definindo a conexão entre filosofia e ação, Marx sustenta que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo: cabe transformá-lo”. Essa tese aponta para a unidade indissolúvel entre teoria e prática, estando a teoria a serviço da transformação. Como sustenta Vázquez: “A teoria assim concebida se torna necessária como crítica teórica das teorias que justificam a transformação do mundo e como teoria das possibilidades da ação” (IAMAMOTO, 2008, p.118).

Dessa forma, a práxis é compreendida como um processo de ação-reflexão, que pressupõe uma relação com a realidade, conhecendo-a e agindo sobre ela.

Na produção do Serviço Social, no decorrer da década de 1970-80, no período de reabertura política no Brasil, identificaram-se, também, proposições que enfatizam a questão da aliança entre profissionais e movimentos sociais, na perspectiva de romper com a dominação.

Simionatto (2004) aponta que o assistente social não deve ficar alheio ao processo de luta que se desenvolve na sociedade, mas deve contribuir efetivamente para os movimentos populares, onde o seu papel não deve ser o de um benfeitor nem o de um líder autoritário ou meramente o de um cumpridor de tarefas, mas o de um sujeito envolvido na dinâmica das relações capitalistas e, dessa forma, preocupado com a construção de um projeto político de cunho transformador.

Porém, os reais interesses da população só se concretizarão a partir de

mudanças na correlação de forças, quando os trabalhadores poderão alcançar a hegemonia enquanto classe. Nesse sentido, os assistentes sociais devem se aliar à classe trabalhadora, comprometendo-se com suas lutas de forma efetiva, tendo como objetivo a construção de uma nova sociedade.

Com isso, a prática profissional se coloca como aliada no sentido de que o compromisso com a transformação social remete a um engajamento num processo que passe pela ação de um partido político e pela inserção em entidades representativas da classe trabalhadora. .

Assim, é atribuído ao assistente social o papel de intelectual orgânico, cuja prática deve se associar à construção de um projeto hegemônico que, no âmbito da sociedade civil, se efetiva mediante luta de classes e frações de classes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a realidade desenhada ao longo da década de 1970 impôs ao profissional do Serviço Social a necessidade de uma revisão dos seus referenciais teóricos para superar a herança conservadora e reorientar as ações profissionais.

Historicamente, a prática e a teoria desta área passaram por constantes redefinições, buscando a ruptura do compromisso social historicamente estabelecido com os interesses da ordem burguesa, direcionando-se na perspectiva dos setores e classes subalternos.

Tal perspectiva se fortaleceu a partir da busca de fundamentos científicos mais consistentes, que passaram a reorientar as ações profissionais, ultrapassando a sua característica de mera atividade técnica. Isso possibilitou o delineamento de novas propostas, tendo o aporte teórico, buscado em Gramsci, contribuído para as mudanças que ocorreram tanto no que concerne ao referencial teórico-metodológico quanto ao fazer prático-operativo.

É a partir daí que os profissionais desta área se interrogam sobre questões relativas às diversas instâncias abrangidas pela área, problematizando não somente a respeito da esfera econômica, como também a política, a ideológica e

a cultural. Para isso foram retomadas as considerações relativas às classes sociais, ao Estado e ao papel das ideologias na análise e compreensão da realidade social, possibilitando o desenvolvimento de uma atitude mais crítica e investigativa.

Esse enriquecimento teórico tem se refletido nas ações prático-operativas, que permitem ao profissional que lida com o Serviço Social, uma melhor visão sobre as questões sociotécnicas do seu trabalho e no encaminhamento das ações voltadas à ultrapassagem do discurso conservador, buscando propostas efetivas no âmbito das políticas sociais e das práticas institucionais.

Essas ações permitiram compreender as questões culturais, os modos como se forma a identidade social, o senso comum, a função das ideologias e dos mitos, ou seja, aquilo que Gramsci chama de conformismo. A compreensão dessa esfera da cultura é fundamental para os assistentes sociais, na medida em que as suas ações profissionais são realizadas numa relação direta com as formas de vivência cotidiana dos sujeitos sociais.

Portanto, não se pode deixar de reconhecer o papel positivo que o pensamento de Gramsci desempenhou no processo de renovação do Serviço Social, contabilizando ganhos significativos para a profissão, com a consequente conquista de espaços na interlocução com as ciências sociais, ao incorporar ao debate temáticas da atualidade, as quais possibilitam aos seus profissionais ultrapassar a posição de intelectuais subalternos e consumidores de reflexões de outras áreas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

BIANCHI, Á. Croce, Gramsci e a autonomia da política. Dossiê Gramsci e a Política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 1, n. 29, p.15-30, nov. 2007.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos

Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.
v. 2

_____. **Cadernos do Cárcere**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 1982.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14. ed. São Paulo, SP: Cortez: CELATS, 2001

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LIMA, M. H. A. **Serviço Social e sociedade brasileira**. São Paulo, SP: Cortez, 1987.

LOSURDO, D. Os primórdios de Gramsci: entre o Risorgimento e a I Guerra Mundial. Gramsci, intelectuais e educação. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 291-310, set./dez. 2006.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

_____. O movimento de reconceituação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5-18, setembro 2005.

REALE, G.; ANTISERI, D.. **História da filosofia**. São Paulo, SP: Paulus, 2005.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

Recebido em: 27 de janeiro de 2012

Aceito em: 12 dezembro de 2012